



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO AS INFORMAÇÕES ABAIXO!

01. A identificação do candidato dar-se-á mediante o número da inscrição, lançado em todas as páginas, pelo próprio candidato, na parte superior direita do CADERNO DE PROVAS e CADERNO DE RESPOSTAS. Não deixe nenhuma marca que possa identificá-lo, exceto o número de inscrição. Caderno de Provas, bem como, Caderno de Resposta e Gabarito sem o número de inscrição não serão apreciados para correção pela Comissão.

02. No cartão GABARITO preencha o número de inscrição assinalando-o conforme modelo abaixo:

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0017

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

Exemplo: Nº DE INSCRIÇÃO 0173

0	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
7	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9
3	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9

03. Confira se o CADERNO DE PROVAS contém:

- a) 40 (quarenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva, cada uma com 04 (quatro) assertivas;
- b) 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- c) 01 (um) tema para a Dissertação.

04. Confira se o CADERNO DE RESPOSTAS contém:

- a) Folha de resposta com 03 (três) questões da Prova Subjetiva; e
- b) Folha de resposta destinada à Dissertação do tema proposto.

05. Assinale apenas 01 (uma) resposta para cada QUESTÃO OBJETIVA.

06. Preencha o cartão "GABARITO" com caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo integralmente o espaço correspondente à alternativa. O preenchimento incorreto pode prejudicar a leitura ótica do cartão.

07. As respostas das QUESTÕES SUBJETIVAS e a DISSERTAÇÃO devem ser em letra legível e a caneta.

08. Em nenhuma hipótese haverá substituição do CADERNO DE PROVAS, tão pouco, do CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO".

09. Na avaliação das questões subjetivas e dissertativas, considerar-se-á o conteúdo jurídico correspondente ao requerido pela questão, a clareza e objetividade na exposição do raciocínio, bem como o domínio do vernáculo, a gramática e ortografia.

10. Será atribuída a nota 0,0 (zero) à questão objetiva nos casos de:

- a) Rasura do cartão GABARITO;
- b) Marcação de mais de uma resposta para a mesma questão no cartão GABARITO;
- c) Marcação incorreta no cartão GABARITO da resposta para a questão;
- d) Marcação das respostas a lápis no cartão GABARITO; e
- e) Ausência de qualquer marcação para a assertiva no cartão GABARITO.

11. Será atribuída nota 0,0 (zero) à questão subjetiva e/ou dissertação:

- a) Escrita a lápis no CADERNO DE RESPOSTAS (serão consideradas apenas repostas à caneta). Respostas escritas no Caderno de Provas não serão consideradas para efeito de correção, caso não tenham sido transcritas para o CADERNO DE RESPOSTAS;
- b) Sem oferta de resposta escrita (em branco); e
- c) Respondidas incorretamente.

12. O candidato não deve: riscar, rasurar, amassar, dobrar, sujar o CADERNO DE RESPOSTAS e cartão "GABARITO". A leitura ótica do cartão poderá restar prejudicada.

13. O tempo de duração da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões no CADERNO DE PROVAS, o preenchimento do CADERNO DE RESPOSTAS (Questões Subjetivas e Dissertação) e do cartão "GABARITO".

14. É vedado qualquer tipo de consulta (seja de legislação "seca", "comentada" ou "anotada", doutrina, jurisprudência, apostilas, cadernos, fichários, etc).

15. Não será admitido ao candidato:

- a) A entrada na sala de provas portando armas, celulares, *paggers*, *laptops*, relógio, calculadora ou qualquer outro dispositivo eletrônico;
- b) O uso de bonés, chapéus ou óculos escuros, exceto se o óculos contiver grau.

16. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que durante a realização da prova for surpreendido comunicando-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente, por escrito ou se valendo de qualquer outro meio de comunicação fraudulento.

17. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova após 1 (uma) hora de seu início.

18. Ao término da prova, o candidato deverá conferir se lançou o número de inscrição no CADERNO DE PROVAS, no CADERNO DE RESPOSTAS, bem como, no cartão "GABARITO". Após conferência, entregar ao fiscal e assinar a folha de presença, certificando a entrega.

19. O CADERNO DE PROVAS não será disponibilizado para o candidato levar para casa. Se necessário, o candidato poderá solicitar, por escrito, a vista do CADERNO DE PROVAS e CADERNO DE RESPOSTAS junto à Coordenação dos Estágios, localizada no Prédio Anexo ao Espaço da Cidadania, na Avenida Ville Roy, nº 5584, Centro, nesta Capital, no horário das 8 às 12 e 14 às 18 horas.

Após homologação do certame, todos os documentos dos candidatos e cadernos de prova e de resposta serão destruídos.

Boa Vista, 24 de novembro de 2019.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

**N
Ã
O**

**U
T
I
L
I
Z
A
R**

**E
S
T
E**

**E
S
P
A
Ç
O**



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO PENAL

1. Quando o agente, mesmo sem querer efetivamente o resultado, assume o risco de produzi-lo, diz-se que agiu com:

- A) Dolo direto.
- B) Dolo eventual.
- C) Culpa consciente.
- D) Culpa imprópria.

2. No dia 03 de outubro de 2019, João subtraiu a motocicleta de Luiz, mediante grave ameaça exercida com arma de fogo. Uma semana depois, arrependido de seu ato, restituiu a motocicleta em uma Delegacia para que fosse devolvida à vítima. João deve responder por:

- A) Crime de roubo.
- B) Crime de roubo com diminuição de pena em razão da devolução do objeto.
- C) Nada, porque houve desistência voluntária.
- D) Nada, porque houve arrependimento eficaz.

3. São causas de extinção da punibilidade:

- A) Morte, revelia, anistia.
- B) Morte, prescrição, graça.
- C) Perdão do ofendido, indulto, desistência da denúncia.
- D) Prescrição, arrependimento posterior, decadência.

4. Observe as seguintes assertivas:

- I. O motivo fútil qualifica o homicídio.
- II. Quem vende ou permuta coisa alheia como própria, pratica uma modalidade de estelionato.
- III. Majora a pena do roubo a utilização de faca.
- IV. Praticar ato libidinoso contra menor de 16 de anos caracteriza o crime de estupro de vulnerável.

ESTÃO CORRETAS:

- A) I e III.
- B) I e II.
- C) Apenas a IV
- D) II e IV.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

5. A prescrição verificada entre a data do recebimento da denúncia e a data da prolação da sentença, quando não há mais possibilidade de majoração da pena, denomina-se:

- A) Prescrição da pretensão punitiva.
- B) Prescrição da pretensão executória.
- C) Prescrição retroativa.
- D) Prescrição intercorrente.

6. Marque a opção INCORRETA:

- A) O suicídio não é punido pela legislação brasileira, muito embora seu induzimento e instigação o sejam.
- B) A punição pela lesão corporal culposa deve levar em conta o grau das lesões sofridas.
- C) A apropriação indébita pressupõe uma posse inicialmente lícita do objeto do crime.
- D) A falsidade ideológica configura-se pela inserção de conteúdo falso quando da feitura de um documento verdadeiro.

DIREITO CIVIL

7. Sobre o término da menoridade, marque a alternativa INCORRETA:

- A) A menoridade cessa aos dezoito anos completos.
- B) A menoridade cessa para o menor com dezesseis anos que tenha economia própria.
- C) A menoridade cessa pela colação de grau em nível superior.
- D) A menoridade cessa pela união estável.

8. Marque a alternativa INCORRETA. São fins da fundação:

- A) Assistência social.
- B) Saúde.
- C) Atividades paramilitares.
- D) Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

9. Sobre os impedimentos para o casamento, marque a alternativa CORRETA:

- A) Não devem casar os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- B) Não podem casar o viúvo ou a viúva que tiver filho do cônjuge falecido, enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- C) Não podem casar os afins em linha reta.
- D) Não devem casar o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

10. Sobre a invalidade do casamento, marque a alternativa CORRETA:

- A) É nulo o casamento contraído por infringência de impedimento.
- B) A decretação de nulidade de casamento, por infringência de impedimento, pode ser promovida mediante ação direta apenas pelo Ministério Público.
- C) É nulo o casamento realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.
- D) É nulo o casamento do menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal.

11. Sobre os deveres de ambos os cônjuges, marque a alternativa INCORRETA:

- A) Fidelidade recíproca.
- B) Sustento, guarda e educação dos filhos, conforme o estado civil do genitor.
- C) Mútua assistência.
- D) Respeito e consideração mútuos.

12. Marque a alternativa CORRETA. No regime da comunhão parcial de bens:

- A) Comunicam-se apenas os bens adquiridos em sociedade pelo casal, na constância do casamento.
- B) Comunicam-se todas as obrigações anteriores ao casamento.
- C) Exclui-se da comunhão os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- D) Exclui-se da comunhão todas as obrigações provenientes de atos ilícitos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

13. Sobre o inquérito policial é INCORRETO afirmar que:

- A) Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado de ofício, mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- B) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- C) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser instaurado de ofício pela autoridade policial.
- D) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

14. Sobre a ação penal, de regra, é INCORRETO afirmar que:

- A) O órgão do Ministério Público não dispensará o inquérito, ainda que com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- B) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

C) O órgão do Ministério Público, em vez de apresentar a denúncia, poderá requerer o arquivamento do inquérito policial ou a devolução deste para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

D) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

15. Sobre as disposições gerais das provas é INCORRETO afirmar que:

A) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial.

B) De regra, poderá o juiz fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

C) É facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes.

D) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.

16. Sobre a prisão em flagrante e a prisão preventiva é INCORRETO afirmar que:

A) No curso da ação penal caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz a requerimento do Ministério Público.

B) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

C) Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

D) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal.

17. Sobre a competência, recursos e prazos no processo penal é INCORRETO afirmar que:

A) A competência será, de regra, determinada, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.

B) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária.

C) Não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.

D) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Quando é necessária a intervenção do Ministério Público nas ações de família? Marque a alternativa CORRETA:

A) Em todas as ações de divórcio litigioso.

B) Apenas nas ações de separação judicial ou divórcio consensuais com a presença de menores.

C) Em todas as ações de separação judicial e divórcio que envolvam interesses de menores ou incapazes.

D) Apenas quando houver litígio em relação à partilha de bens.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

19. A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando? Marque a alternativa INCORRETA:

- A) For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.
- B) Ofender a coisa julgada.
- C) Violar manifestamente norma jurídica.
- D) For proferida por juízo relativamente incompetente.

20. Marque a alternativa INCORRETA. A apelação não terá efeito suspensivo diante da sentença que:

- A) Condena a pagar alimentos.
- B) Homologa divisão ou demarcação de terras.
- C) Condena ao pagamento de indenização por danos morais.
- D) Decreta a interdição.

21. Marque a alternativa INCORRETA. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

- A) Tutelas provisórias.
- B) Mérito do processo.
- C) O anúncio do julgamento antecipado do feito.
- D) Exclusão de litisconsorte.

22. Marque a alternativa INCORRETA. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

- A) Esclarecer obscuridade ou eliminar contradição.
- B) Inovar pedidos não deduzidos anteriormente.
- C) Suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.
- D) Corrigir erro material.

DIREITO CONSTITUCIONAL

23. Segundo a Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação:

- A) Após ratificação por tratado internacional.
- B) Definida pela *vacatio legis*.
- C) Após regulamentação legal.
- D) Imediata.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

24. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Esse dever é assegurado:

- A) Com a máxima efetividade possível, assegurada a discricionariedade do Poder Executivo quanto à execução das ações sociais.
- B) Com absoluta prioridade.
- C) Com prioridade relativa, considerando que grupos vulneráveis, como idosos e deficientes físicos têm prioridade.
- D) Com prioridade relativa, pois pode ser praticado em razão do uso da verba pública na área da saúde em prol de toda a população.

25. Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O *habeas corpus* é cabível para a tutela da liberdade de locomoção quando não for possível o uso de *habeas data* ou da revisão criminal.
- B) Quando o cidadão deseja retificar dados ou assegurar dados a informações constantes de bancos de dados de entidades públicas ou governamentais, o instrumento correto é *habeas data*.
- C) O mandado de segurança pode ser impetrado para assegurar direito líquido e certo, facultando-se a impetração concomitante de *habeas corpus* e de *habeas data*.
- D) A ação popular pode ser ajuizada por qualquer cidadão, brasileiro ou estrangeiro, residente no país.

26. É privativo de brasileiro nato o cargo de:

- A) Juiz do Trabalho.
- B) Vereador.
- C) General do Exército.
- D) Senador Federal.

27. A Constituição será emendada mediante proposta de, no mínimo:

- A) Dois terços dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- B) Três quintos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C) Um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- D) Metade dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

28. Acerca da Administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) *Entidade* é pessoa jurídica, pública ou privada e *órgão* é elemento despersonalizado responsável por atividades da entidade a que pertence, através de seus *agentes*.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

B) A descentralização por colaboração é a transferência da execução de uma atividade pública a uma entidade privada, previamente existente, através de delegação.

C) A desconcentração ocorre quando o Estado cria uma entidade, para a qual transfere certa atividade de interesse público.

D) As entidades da administração indireta gozam de certa autonomia, sujeitas a controle finalístico.

29. Sobre o poder de polícia administrativa é CORRETO afirmar que:

A) É o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual.

B) São atributos do poder de polícia a discricionariedade, a autoexecutoriedade e coercibilidade, de modo que seu exercício depende sempre de autorização judicial.

C) As sanções do poder de polícia administrativa não permitem a coação, pela cláusula de reserva da jurisdição.

D) A atuação do policial rodoviário federal que prende em flagrante o condutor de um veículo que transporta contrabando é um exemplo típico do exercício do poder de polícia administrativa, por ensejar a restrição da liberdade e da propriedade.

30. É INCORRETO afirmar acerca dos princípios de Direito Administrativo:

A) Resultam da dualidade permanente no exercício da função administrativa dois supraprincípios: a supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público.

B) O princípio da legalidade significa que a Administração Pública pode fazer tudo o que não for proibido por lei.

C) A impessoalidade enseja a objetividade e a neutralidade na relação da Administração com o particular e a publicidade engloba a transparência e divulgação oficial de atos administrativos.

D) A razoabilidade tem origem no direito norte-americano e pressupõe moderação e racionalidade, e a proporcionalidade se origina do direito alemão e busca coibir excessos.

31. Indique a alternativa CORRETA acerca dos agentes públicos:

A) A Administração Pública pode contratar servidores temporários por tempo indeterminado para atender necessidades temporárias de interesse público, na forma da Constituição Federal.

B) Os cargos públicos podem ser criados por decretos, mas jamais por portarias, na forma da Constituição Federal.

C) O detentor de cargo efetivo adquire estabilidade após dois anos de exercício efetivo, na forma da Constituição Federal.

D) São espécies de agentes públicos os servidores públicos, os agentes políticos e os particulares em colaboração com o estado, conforme doutrina.

32. Sobre o ato administrativo, indique a alternativa INCORRETA:

A) Somente o juiz pode exarar despacho.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

- B)** Resoluções são atos administrativos de altas autoridades do Poder Executivo, mas não do seu chefe.
- C)** O parecer pode ser facultativo, obrigatório ou vinculante.
- D)** Ato complexo é o que se forma pela conjugação de vontades de mais de um órgão administrativo.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

33. Marque a opção CORRETA acerca da autorização para viajar prevista na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, exceto quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 anos, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;

II. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, exceto quando a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco;

III. Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial, exceto quando a criança ou o adolescente menor de 16 anos estiver acompanhado de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável;

IV. Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável, ou viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

- A)** Os itens I e II estão corretos.
- B)** Os itens II e IV estão corretos.
- C)** Os itens I, III e IV estão corretos.
- D)** Todos os itens estão corretos.

34. Em relação ao Estatuto do Idoso, incorporado pela Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, é CORRETO:

I. A comprovação para que os maiores de 65 anos tenham gratuidade no transporte coletivo público urbano e semi-urbano, pode ser feita por qualquer documento pessoal de prova de sua idade;

II. Para os idosos é assegurada reserva de 10% das vagas nos estacionamentos públicos e privados, posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade, de acordo com norma estadual;

III. É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

IV. Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

- A) Somente os itens I e II estão corretos.
- B) Somente os itens III e IV estão corretos.
- C) Os itens I, III e IV estão corretos.
- D) Todos os itens estão errados.

35. Marque a opção CORRETA sobre o Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

- A) Constituem direito do consumidor a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, exceto nas causas de interesse do poder público.
- B) É aplicável a responsabilidade subjetiva consumerista contra o fornecedor de serviços pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- C) São considerados impróprios ao uso e consumo os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos, os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; bem como os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- D) Por se tratar de um instituto jurídico de direito civil, não se aplica em matéria consumerista a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, ainda que haja comprovação do abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

36. Sobre a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a qual definiu sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, é CORRETO afirmar:

- A) Somente poderão praticar atos de improbidade os agentes públicos que sejam servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- B) A ação de improbidade administrativa poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada e, neste caso não sendo parte, a primeira instituição atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- C) A comissão processante que apura a prática de infração administrativa disciplinar poderá dar conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.
- D) Em função da natureza jurídica da improbidade administrativa, não poderá haver instauração de inquérito policial.

37. Marque a opção CORRETA:

- A) É direito das pessoas portadoras de deficiência a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público e privado de ensino.
- B) É direito das pessoas portadoras de deficiência a garantia de atendimento domiciliar de saúde ao deficiente grave não internado.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

C) É direito das pessoas portadoras de deficiência a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, exceto de instrutores para formação profissional.

D) É direito das pessoas portadoras de deficiência a adoção de reserva de mercado de trabalho nas entidades da Administração Pública e do setor privado, exceto se visarem a formação profissional.

38. Marque a opção CORRETA em relação à Lei dos Crimes Ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998:

I. As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente em matéria ambiental, nos casos previstos na Lei dos Crimes Ambientais em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade;

II. É inaplicável às pessoas jurídicas o instituto da desconsideração da pessoa jurídica, ainda que sua personalidade seja obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente;

III. Às pessoas jurídicas, quando da prática de infração penal ambiental, somente poderão ser aplicadas isolada, cumulativa ou alternativamente penas de multa, restritivas de direitos e/ou prestação de serviços à comunidade.

IV. Em razão da independência e autonomia das sanções penais a cargo do Poder Público, a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

A) Somente os itens I e III estão corretos.

B) Somente os itens II e IV estão corretos.

C) Todos os itens estão corretos.

D) Todos os itens estão errados.

LEI COMPLEMENTAR Nº 003/94

39. Indique o órgão abaixo que NÃO pertence à Administração Superior do Ministério Público do Estado de Roraima:

A) A Procuradoria-Geral de Justiça.

B) A Corregedoria-Geral do Ministério Público.

C) O Colégio de Procuradores de Justiça.

D) A Escola Superior do Ministério Público.

40. Aponte qual das alternativas abaixo NÃO incumbe ao Ministério Público:

A) Exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência.

B) Exercer o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais, visando assegurar a indisponibilidade da persecução penal.

C) Propor ação de inconstitucionalidade de Leis ou atos normativos federais, estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual.

D) Impetrar “*habeas corpus*” quando o fato disser respeito à sua área de atribuições funcionais.



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – QUESTÕES SUBJETIVAS (5 A 15 LINHAS)

QUESTÃO 01 (PENAL):

Explique os Princípios da “Reserva Legal” e da “Anterioridade”, que norteiam o direito penal pátrio.

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 02 (CIVIL):

A concessão de alimentos aos filhos de pais divorciados possui alguma relação com o regime de guarda dos mesmos?

R
A
S
C
U
N
H
O

QUESTÃO 03 (CONSTITUCIONAL):

Em que consiste a mutação constitucional?

R
A
S
C
U
N
H
O



I PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA NA COMARCA DE BONFIM

NÚMERO DE INSCRIÇÃO _____

CADERNO DE PROVAS – DISSERTAÇÃO (20 A 30 LINHAS)

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO: fidelidade à temática; coerência, objetividade e clareza na exposição das ideias; atendimento às normas da gramática; atenção ao limite de linhas. O conteúdo da dissertação que estiver além do limite de linhas será desconsiderado.

Elabore sua redação sobre o TEMA:

“PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM 2ª INSTÂNCIA”

Ao dissertar, aborde os aspectos jurídicos, fale sobre a opinião pública e se posicione a respeito.

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

R
A
S
C
U
N
H
O

